

Brasília/DF, 14 de julho de 2020.

À

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP
Setor de Áreas Públicas - Lote B - 71.215-000 - Brasília - DF

Comissão Permanente de Licitações

Ref.: Licitação Tomada de Preços nº 002/2020 ASCAL/PRES – POR LOTE - Processo nº: 00110-00000632/2020-41 SODF

Senhor Presidente da Comissão Permanente de Licitações,

A empresa **ARIA ENGENHARIA S/S LTDA**, sediada em SHIS QI 9/11 Comércio Local, Bloco D, S/N, Salas 203 a 206, Lago Sul, Brasília - DF, CNPJ nº 14.435.302/0001-05, por intermédio de seu representante legal infra-assinado, o Sr. **LÚCIO MÁRIO LOPES RODRIGUES**, portador da Carteira de Identidade Profissional CREA nº 8378/D-DF e do CPF nº 442.895.101-91, licitante no certame acima referenciado, vem, com fulcro na Lei nº 8.666/93 e suas alterações e nas exigências do Edital acima referido, respeitosamente apresentar

RECURSO

Em face das Notas das Propostas Técnicas dos Lotes e 1 e 2 proferidas pela Comissão Permanente de Licitação atribuídas a empresa **ARIA ENGENHARIA S/S LTDA**, conforme Ata de Sessão Pública de Prosseguimento do Processo Licitatório da Tomada de Preços nº 002/2020 ASCAL/PRES - POR LOTE - Processo nº 00110-00000632/2020-41 SODF, datada de 07 de julho de 2020, consoante os fundamentos de direito a seguir aduzidos, requerendo a revisão das Notas das Propostas Técnicas dos Lotes 1 e 2, com base no instrumento convocatório.

DOS FATOS

Na data de 07 de julho de 2020, a presente Comissão proferiu as Notas das Propostas Técnica dos Lotes 1 e 2 das licitantes do certame licitatório em apreço, tendo atribuído a empresa **ARIA ENGENHARIA S/S LTDA** as seguintes pontuações:

1. Lote 1: 79,5 pontos.
2. Lote 2: 78,5 pontos.

RECEBIDO
Data: 14/07/2020
Hora: 09:20
Ass: [Assinatura] Mat: 749087

Com relação ao item 25.2, Tabela 2, do Termo de Referência do certame, onde trata-se do "Conhecimento do Problema", consta o item "Situação Atual do Trecho", onde nossa empresa não pontuou no quesito "Citar a Rescisão dos Contratos com as Empreiteiras" em ambas Propostas Técnicas (Lotes 1 e 2).

Nossa empresa se ateu às questões técnicas do projeto, tanto que fez visitas ao local, efetuou diligências, obteve imagens fotográficas atuais e etc. A questão administrativa que trata da rescisão contratual com as empreiteiras não traz nenhum acréscimo e não tem influência sobre o escopo do trabalho. Não há também implicações nas atividades que deverão ser desenvolvidas para o sucesso do trabalho. Entendemos assim que este não deve ser um item considerado para pontuação e sim tratativas internas da NOVACAP, não tendo impacto sobre as Propostas Técnicas (Lotes 1 e 2) elaboradas por nossa empresa.

Ainda com relação ao item 25.2, Tabela 2, do Termo de Referência do certame, onde trata-se do “Conhecimento do Problema”, consta o item “Aspectos da Drenagem”, onde nossa empresa não pontuou no quesito “Citar Atualização do levantamento topográfico local (com base na constante expansão urbana da região)” em ambas Propostas Técnicas (Lotes 1 e 2).

Cumprimos o item ao citar sobre a atualização do levantamento topográfico local, no item 2.1.2.3 de ambas Propostas Técnicas (Lotes 1 e 2). Este item trata dos “Levantamentos Topográficos e Cadastrais”, onde transcreve-se o trecho de nossas Propostas Técnicas a seguir:

“Conforme informado no Termo de Referência os levantamentos topográficos existentes nas áreas do projeto, junto a SODF e na NOVACAP, serão disponibilizados para a CONTRATADA.

Os novos levantamentos topográficos e cadastrais deverão ser executados em complementação às plantas topográficas existentes, acompanhando as diretrizes das áreas de implantação dos projetos e dos estudos e vistorias preliminares.

O levantamento topográfico e cadastral irá:

- **Atualizar a topografia local com base na constante expansão urbana da região, principalmente no que diz respeito ao traçado da rede;**
- *Compatibilizar o projeto existente com o Sistema Cartográfico do Distrito Federal – SICAD/SIRGAS, estabelecido no Decreto nº 32.575 de 10 de dezembro de 2010 e conforme Termo de Referência e Especificações da NOVACAP, de abril/2019.”*

Com relação ao item 25.3, Tabela 4, do Termo de Referência do certame, onde trata-se da “Qualificação da Equipe Técnica de Nível Superior”, foi atribuída a nota 0 (zero) para o Coordenador Geral e a nota 0 (zero) para o Engenheiro Civil Sênior.

Através de vários Atestados Técnicos com CAT’S, currículo extenso e registro nos órgãos competentes, comprovamos a vasta experiência do profissional Arquiteto Urbanista José Jandson Cândido de Queiroz (CAU/DF A20107-3, registro em 26/02/1993) na posição de Coordenador Geral e do profissional Engenheiro Civil Carlos Mendes Joadir (CREA/DF 2127, registro em 30/06/1977) na posição de Engenheiro Civil Sênior.

Os Atestados Técnicos apresentados para estes profissionais são de complexidade semelhante e até superiores ao objeto da licitação, podendo plenamente comprovar a experiência dos profissionais em questão. O que não justifica a nota 0 (zero) atribuída a cada um deles em ambas as Propostas Técnicas (Lote 1 e 2). Além disso os profissionais José Jandson Cândido de Queiroz e Carlos Mendes Joadir, trabalham há mais de 25 anos em Brasília, são conhecidos e renomados por seus projetos, efetuaram inúmeros trabalhos tanto na esfera pública quanto privada, inclusive para a NOVACAP.

Entendemos que a exigência de unir 10 (dez) anos de experiência em Atestados Técnicos é equivocada, restritiva e ainda difere da legislação em vigor. Inclusive, o A Lei de Licitações, nº 8.666 de 21 de junho de 1993, ao reger sobre a exigência dos atestados de capacidade técnica assim determinou:

“Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a: (...)

*§ 1o A comprovação de aptidão referida no inciso II do “caput” deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por **atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado**, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:*

*I – capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, **vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;***

*“§ 5o. **É vedada** a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com **limitações de tempo ou de época** ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação”. **(Grifo e negrito nosso)***

De acordo com a legislação apresentada, verificamos que é possível exigir que profissionais de nível superior apresentem atestados de responsabilidade técnica (ARTs). Porém, no entendimento da Lei supracitada, esses devem ser limitados às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos, conforme disposição legal e entendimento do TCU (BRASIL, TCU, 2008b):

“Determinação à Universidade Federal de Minas Gerais para que, em licitações, restrinja a exigência de capacitação técnico-profissional exclusivamente às parcelas que, simultaneamente, possuam maior relevância técnica e representem valor significativo do objeto da licitação, conforme preconizado no inc. I, § 1º, do art. 30 da Lei nº 8666/1993”.

Ainda relacionado sobre à exigência de tempo de experiência dos profissionais, o TCU entende ser indevida, por força do §5º do art. 30 da Lei de Licitações. Destaca-se o seguinte julgado (BRASIL, TCU, 2006b):

*“Assim, deve ser determinado ao DNIT que se **abstenha de exigir dos licitantes que comprovem tempo de experiência em seus atestados de capacidade técnico-profissional**, como colocado nos subitens que compõem o item 14.4 ‘c.1’ da qualificação técnica – mais de 5 anos de experiência para o Coordenador do Contrato, mais de 5 anos de experiência para o Coordenador Assistente, mais de 3 anos de experiência para o Supervisor de Campo I, mais de 3 anos de experiência para o Supervisor de Campo II, mais de 3 anos de experiência para o Administrador -, **pois isto é vedado pelo art. 30, § 5º, da Lei nº 8.666/1993**, e pela jurisprudência do TCU, em especial Acórdão nº 473, Ata 13/2004-Plenário e Decisão nº 134, Ata 9/2001-Plenário.” **(Grifo nosso)***

Sendo assim, nota-se que a exigência apresentada no Despacho SODF/SUPOP nº 41973550 de 17 de junho de 2020, que exige a comprovação de 10 (dez) anos de experiência profissional, comprovada através de CAT's e Atestados Técnicos para os profissionais da Equipe Técnica no certame em questão é infundada e vai contra a Lei supracitada.

Cabe mencionar ainda sobre a lei nº 8.666, que veda que os agentes públicos pratiquem atos tendentes a restringir ou frustrar o caráter competitivo do certame, consoante se depreende da leitura de seu art. 3º (BRASIL, 1993):

*“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do **princípio constitucional da isonomia**, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.*

§ 1º **É vedado aos agentes públicos:**

I – admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5o a 12 deste artigo e no art. 3o da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991; (Grifo e negrito nosso)

DAS RAZÕES

Após a empresa **ARIA ENGENHARIA S/S LTDA** ter conhecimento das Notas das Propostas Técnicas atribuídas e apresentadas na Ata acima mencionada, dispõe-se e solicita tempestivamente a intenção de recurso para que haja uma revisão das mesmas, de acordo com os fatos e razões apresentadas visando que o processo licitatório não seja fracassado causando prejuízo e/ou atraso ao órgão que tem interesse em executar o serviço.

DO PEDIDO

Em vista do exposto, pela argumentação apresentada, solicita-se:

- a) O recebimento e acolhimento do presente **RECURSO**, em todos os termos das razões consignadas;
- b) Que sejam revistas as Notas das Propostas Técnicas dos Lotes 1 e 2 a qual foram atribuídas a empresa **ARIA ENGENHARIA S/S LTDA**.

Nesses Termos,

Pede-se deferimento.



LÚCIO MÁRIO LOPES RODRIGUES
ARIA ENGENHARIA S/S LTDA
SÓCIO-DIRETOR E REPRESENTANTE LEGAL
CPF Nº 442.895.101-91